



Índice

- 01 Índios voltam a invadir canteiro de obras em Belo Monte
- 02 Projeto voluntário construirá casas para comunidades indígenas de São Paulo
- 03 Política de gestão territorial e ambiental em terras indígenas é desafio
- 04 Leitão anuncia paralisação nacional pelo fim das demarcações de terras indígenas
- 05 Nações Unidas e Governo Federal renovam compromisso pela segurança alimentar dos povos indígenas
- 06 Boatos de "suposta" invasão indígena deixou clima tenso em Tacuru
- 07 . Possível mudança de rumo da política indígena confronta petistas
- 08 Lideranças do Nortão apoiam PEC mudando critérios de áreas indígenas
- 09 Prefeito de Juína afirma que demarcação indígena ocupará quase 90% de cidade e acabará com município
- 10 Política de gestão territorial e ambiental em terras indígenas é desafio da Funai este ano
- 11 O Brasil sob a ótica dos direitos humanos
- 12 Obras escritas na língua indígena serão lançadas em Roraima

Índios voltam a invadir canteiro de obras em Belo Monte

SÍTIO PORTAL ORM, 27.05.2013

A manifestação reúne mais de 100 índios no local

Os índios da etnia Munduruku voltaram a invadir o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, sudoeste paraense, por volta das 4h da madrugada desta segunda-feira (27).



A manifestação reúne mais de 100 índios no local. Os índios disseram que só vão sair da área assim que um representante do governo federal negociar com eles. Os Munduruku reivindicam que o governo regulamente o mecanismo de consulta prévia sobre as obras que interfiram em terras indígenas e que os estudos nas hidrelétricas nos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires sejam paralisadas.



Projeto voluntário construirá casas para comunidades indígenas de São Paulo
SÍTIO BOL, 25.05.2013

São Paulo, 24 mai (EFE).- Comunidades indígenas situadas no estado de São Paulo receberão a partir deste sábado casas construídas por um grupo de voluntários, uma iniciativa que pretende beneficiar 55 famílias, informaram nesta sexta-feira os organizadores da campanha.

Liderado pela ONG TETO, em parceria com a empresa Sustentech, o projeto, que já passou por vários países da América Latina, atuará em quatro comunidades em São Paulo: Tekoa Pyhau, Vilma Flor e Pedra Branca, todas situadas na periferia da capital paulista, e Dois Palitos, no município de Embu das Artes.

A ação voluntária, que deverá reunir aproximadamente 600 pessoas, começará com a construção de quatro casas pré-fabricadas de "emergência" na comunidade indígena Tekoa Pyhau, que, devido a suas carências de infraestrutura, se transformou em uma favela nas encostas do Pico do Jaraguá, em São Paulo.

O presidente da Sustentech, João Marcello Gomes, declarou que as casas seguirão os modelos de outras já construídas junto a TETO Brasil em diversas comunidades pobres de todo o país.

"Utilizamos ferramentas e técnicas que permitem a economia de mais de 40% de água, 20% de energia e 75% na tarifa de reciclagem de resíduos", explicou Gomes.

No total, a ONG TETO já entregou quase 2 mil casas no Brasil, das mais de 90 mil que construiu nos países da América Latina desde sua primeira ação, realizada em 1997 no Chile e em El Salvador.

Reconhecida internacionalmente, a ONG chegou ao Brasil em 2006 e, após seis anos de trabalhos no país, já reuniu mais de 18 mil voluntários.

Em 2011, a TETO ganhou o prêmio "Rei da Espanha de Direitos Humanos" por sua atuação no Haiti após o terremoto que devastou a essa nação caribenha em 2010.



Política de gestão territorial e ambiental em terras indígenas é desafio

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 25.05.2013

Assessora destaca que a Funai é referência mundial, uma vez que são poucos os países que têm órgãos exclusivos para lidar com a política indigenista

O grande desafio da Fundação Nacional do Índio (Funai) este ano é a implementação da política nacional de gestão territorial e ambiental em terras indígenas, disse à Agência Brasil a assessora para Assuntos Internacionais do órgão, vinculado ao Ministério da Justiça, advogada Cristina Timponi Cambiaghi.

Ela participará a partir de amanhã (26), em Darwin, na Austrália, de conferência ('World Indegenous Network') que busca promover a sustentabilidade por meio de práticas tradicionais de conservação. "É uma política ambiciosa", definiu. Essa política congrega vários órgãos do governo federal, nas áreas de meio ambiente e saúde, e implementa ações voltadas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas já regularizadas. "O grande desafio que a gente tem já não é mais a demarcação de terras".

Embora o grande volume de demarcações tenha ocorrido nos anos de 1990, Cristina admitiu que ainda existem hoje alguns remanescentes de terras para serem demarcadas e regularizadas. Sustentou, entretanto, que o desafio atual é "gerir essas terras e auxiliar os povos indígenas [tornando-os] autossuficientes nessa gestão ambiental e territorial. E que isso aconteça sempre de uma forma sustentável".

Segundo ela, isso significa dar aos índios condições para que eles possam tirar a sua subsistência da terra e vivam de acordo com o seu modo de vida tradicional. "Eu apontaria essa política como a grande prioridade hoje da Funai". O processo de implementação da política já foi iniciado com alguns projetos pilotos. Não há ainda indicação de quando o processo será concluído.

Na conferência da Austrália, Cristina apresentará um histórico sobre a política indigenista brasileira, abordando a transição do processo de assistencialismo e tutela para a autonomia pós-Constituição de 1988, passando pelo processo de demarcação de terras nos anos de 1990 e culminando com a política nacional de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, aprovada em junho do ano passado pela presidenta Dilma Rousseff.

A ideia, disse Cristina, é demonstrar como ocorre hoje a gestão ambiental em terras indígenas. A assessora avaliou que, apesar de todos os problemas referentes à questão indígena, o Brasil é visto, internacionalmente, como referência no que diz respeito à política de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. "Basta dizer que, hoje, a gente tem um território em que 13% são formados por terras indígenas".

CONT.



Contribui também para o Brasil ser referência nessa área o censo recente que levantou o número de índios existentes no país, incluindo moradores de terras indígenas e em áreas urbanas, além do número de línguas vivas e povos. "Isso manifesta uma diversidade cultural muito rica. E é claro que isso impressiona muito, principalmente nesses fóruns especializados, onde o tema é a proteção dos direitos dos povos indígenas e gestão ambiental em terras indígenas".

Destacou que também a Funai é referência mundial, uma vez que são poucos os países que têm órgãos exclusivos para lidar com a política indigenista. O Brasil é ainda uma das poucas nações que possuem uma política específica para a proteção de índios isolados.

Cristina Cambiaghi acredita que a conferência da Austrália será uma oportunidade para que os representantes de povos indígenas do mundo inteiro troquem experiências e tenham contato com boas práticas de conservação. "Eu acho que sempre o saldo é muito positivo". O foco da conferência é lançar uma rede mundial indígena de gestores de terra e mar, iniciativa do governo australiano, apoiada pelo governo do Brasil.



Leitão anuncia paralisação nacional pelo fim das demarcações de terras indígenas
SÍTIO ARENÁPOLIS NEWS, 25.05.2013

Declaração foi dada durante audiência pública em Sinop

Com plenário lotado, a Câmara de Vereadores de Sinop foi palco, na noite desta sexta-feira (24), de mais uma audiência pública para discutir a onda de demarcações de terras indígenas promovida pela Funai e que, pela ausência de critérios claros, tem preocupado pequenos, médios e grandes produtores, além de autoridades políticas e a população em geral, dada a possibilidade de isolamento e falência de muitos municípios.

Ao longo de aproximadamente duas horas a discussão girou em torno da necessidade de frear o avanço das demarcações, sobretudo em Mato Grosso onde há mais de 70 áreas em estudo para se tornar território indígena. O dispositivo legal para isso, é a aprovação da PEC 215/2000, que dá ao Congresso Nacional a palavra final sobre as demarcações, hoje, sob responsabilidade da Casa Civil e Ministério da Justiça.

O deputado federal Nilson Leitão (PSDB-MT), presidente da Subcomissão de demarcação de terras indígenas, ligada à Comissão da Amazônia (CINDRA), explicou o trabalho feito no Congresso para inibir a voracidade das demarcações e disse desconfiar da boa-fé da Funai no processo. "Não há como não desconfiar de que algo está errado neste processo de demarcações. A Funai não tem ouvido a sociedade. As demarcações são baseadas em laudos antropológicos, alguns fraudulentos, como já foi comprovado e cuja validade sobrepõe até mesmo a Constituição. Não só pela forma desordeira com que tem sido feitas as demarcações, mas sobretudo pelos expedientes utilizados é que protocolamos um pedido de CPI para investigar o que há por trás desse interesse súbito por áreas, sobretudo na Amazônia Legal".

Para o presidente da Câmara de Vereadores de Sinop, Dalton Martini (PP), a defesa da PEC 215 se faz necessária para resguardar não apenas o direito sobre a propriedade, mas também a soberania nacional. "É preciso ter controle e critérios claros nas demarcações. Alguns municípios mato-grossenses terão mais da metade de sua área territorial entregue aos índios, que não vão usar esta área como já aconteceu em Raposa Serra do Sol, por exemplo. Está claro que o interesse é muito mais das ONGs internacionais do que dos próprios índios, que acabam sendo usados, ganham a terra, mas também o abandono por parte da Funai".

Produtores, vereadores e prefeitos parabenizaram a luta de Nilson Leitão e pediram o assunto continue sendo tratado como prioridades pelo parlamentar, que anunciou uma paralisação nacional para o dia 14 de junho. "Até o dia 14 de junho esperamos uma resposta do governo federal quanto à paralisação das demarcações em todo território nacional. Se a resposta for negativa, haverá uma grande mobilização em todo Brasil. A Frente Parlamentar da Agropecuária se reúne na próxima terça-feira (28), para acertar os detalhes desta manifestação, vamos parar o Brasil a favor dos índios e de todos os brasileiros".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 089 / 2013

Brasília, 27 de maio de 2013.

Atualmente 12,9% do território nacional é indígena, mas este percentual pode chegar a 25% se todas as áreas sobre as quais há estudos, forem definitivamente demarcadas. A última homologação, fruto de nova demarcação, foi publicada no Diário Oficial da União do dia 25/04 quando índios das etnias Kayabi, Mundukuru e Apiakás passaram a ter direito sobre uma área de 1.053.257 hectares entre Apiakás (MT) e Jacareacanga (PA).

Novas audiências públicas devem acontecer para debater o assunto. Segundo a presidente da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso (UCMMAT), Ismaili Donassan, vereadora por Colíder, um calendário será criado para levar o debate ao maior número possível de municípios, sobretudo àqueles atingidos pelas demarcações.



Nações Unidas e Governo Federal renovam compromisso pela segurança alimentar dos povos indígenas

SÍTIO NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 25.05.2013



Evento ocorrerá na segunda e terça-feira (27 e 28 de maio), em Brasília, com a presença de representantes da ONU, governo, parceiros e beneficiários do Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil.

Durante os últimos três anos, as Nações Unidas e o Governo Brasileiro realizaram o Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas (PCSAN) na região do Alto Rio Solimões (Amazonas) e Dourados (Mato Grosso do Sul).

Nesta segunda e terça-feira, dias 27 e 28, ocorrerá o Seminário de Encerramento do Programa Conjunto, quando as Nações Unidas e o Governo reafirmam o compromisso de continuar trabalhando pelo fortalecimento da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas.

O primeiro dia será dedicado a discussões sobre os desafios da segurança alimentar e nutricional dos povos originários e apresentação dos principais resultados do PCSAN. Estarão presentes parceiros e beneficiários dos municípios de Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Tabatinga (região do Alto Rio Solimões) e de Dourados (Mato Grosso do Sul). O encontro também promoverá o intercâmbio entre as duas regiões, a partir de boas práticas, lições aprendidas e desafios em comum.

No segundo dia, o Coordenador Residente das Nações Unidas e autoridades do Governo assinam Carta de Intenções para continuar os trabalhos pela promoção da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas.

“No Brasil, o Sistema ONU e o Governo federal têm desenvolvido um trabalho conjunto para buscar a superação das barreiras que ainda impedem a participação inclusiva e o exercício ativo de cidadania destas populações. Dentre as ações executadas, está o Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas – PCSAN”, afirma o Coordenador Residente das Nações Unidas no Brasil, Jorge Chediek.

O Programa Conjunto tem sido realizado por cinco organismos do Sistema das Nações Unidas (FAO, OIT, OPAS/OMS, PNUD e UNICEF) e pelo Governo Brasileiro, por meio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI/Ministério da Justiça), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/Ministério da Saúde), Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e Agência Brasileira de Cooperação. O Programa é uma iniciativa do Fundo para o Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (F-ODM), criado a partir de doações do Governo da Espanha, com o objetivo de contribuir para o alcance dos ODM.



Boatos de “suposta” invasão indígena deixou clima tenso em Tacuru
SÍTIO A GAZETA NEWS, 25.05.2013

No final da tarde de quinta-feira (23), fortes rumores de que indígenas da aldeia Jaguapiré estariam preparando uma invasão no assentamento Vitoria da Fronteira, antiga fazenda São José em Tacuru, causou tumulto e muita tensão entre os moradores da zona rural.

Segundo informações, as lideranças indígenas estariam se articulando para uma invasão no sentido de chamar a atenção das autoridades para as questões de demarcações na região, ao mesmo tempo fortes rumores de que a intenção seria de que haveria o sequestro de uma pessoa como refém também teria sido deliberado pelos índios.

A informação que começou a ser repassada para os moradores do assentamento já no início da noite gerou muita tensão e em pouco mais de 40 minutos mais de 200 moradores se reuniram na residência do vereador Ito Milani (PT), que também é morador do assentamento e uma das lideranças entre os assentados.

Durante a reunião foi exigido pelos moradores à presença do prefeito Paulo Pedro Rodrigues, que justificou a ausência e por telefone acompanhou toda a reunião sendo representado pelo secretário da pasta indígena Peterson Maia, que compareceu com sua equipe de trabalho e se comprometeu se reunir pela manhã com uma comissão formada por representantes do assentamento e também com representantes da aldeia Jaguapiré.

Ainda durante a noite uma grande movimentação de veículos em carreta passou boa parte da noite percorrendo a divisa entre aldeia e assentamento e somente na manhã desta sexta-feira as reuniões foram retomadas.

No início da manhã desta sexta-feira (25), já com a presença do prefeito foi realizada uma reunião com os moradores do assentamento na prefeitura e imediatamente o prefeito se comprometeu em intermediar o ocorrido, moradores acompanhados pelo vereador Ito Milani, Algacir Machado e Edson Iturbe, falaram por cerca de mais de 1 hora sobre o acontecido e logo após ficou decidido que a prefeitura através da secretaria indígena fariam uma segunda reunião com lideranças da aldeia.

As lideranças da aldeia vieram ao gabinete do prefeito e ficaram por mais de 2 horas em reunião com o secretário Peterson Maia, prefeito e vereadores que acompanharam o desenrolar dos fatos.

O capitão da aldeia acompanhado de uma comissão se mostraram perplexos diante dos rumores e negaram qualquer movimentação no sentido de invasão ao assentamento.

Segundo o prefeito “Uma nova reunião será marcada entre moradores e indígenas para selar a paz e o entendimento que sempre reinou em nossa região”. Disse o prefeito

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 089 / 2013

Brasília, 27 de maio de 2013.

O secretario Peterson Maia que passou parte da noite e toda a manhã com sua equipe reunindo as lideranças na aldeia destacou a importância do entendimento, "A nossa administração sempre se preocupou com a questão indígena que é uma realidade latente na nossa região, temos a secretaria indígena para auxiliar a comunidade, mas também somos responsáveis em manter o bom entendimento entre os povos". Concluiu.

No assentamento Vitoria da Fronteira vivem hoje cerca de 230 famílias assistidas por programas do governo federal, na aldeia Jaguapiré cerca de 350 indígenas formam a segunda maior reserva da região com infraestrutura disponibilizada pelo governo federal, estadual e municipal.



ESPECIAL DE FIM DE SEMANA. Possível mudança de rumo da política indígena confronta petistas

SÍTIO POLÍTICA REAL, 25.05.2013

Enquanto o baiano Amauri Teixeira não crê numa nova condução do governo com relação à demarcação de terras indígenas, o maranhense Domingos Dutra chama nova postura de eleitoreira

Brasília-DF, 24/05/2013) A possível nova postura que o governo da presidenta Dilma Rousseff pode adotar com relação ao processo de demarcação de terras indígenas, foi vista de maneira bem diferente entre dois parlamentares petistas que atuam na defesa da causa dos índios.

A nova postura do governo do PT foi levantada na última semana, quando uma reportagem da Agência Reuters publicou uma notícia de que a presidenta Dilma estaria se alinhando com os ruralistas no imbróglio referente à demarcação das áreas indígenas.

De acordo com a reportagem da agência internacional, Dilma teria dado ordens a sua equipe ministerial para rever os processos de demarcação com a possibilidade, até, de anular algumas áreas indígenas já demarcadas por Decreto do governo federal.

A nova postura da presidenta Dilma ocorreu, segundo a matéria da Reuters, após receber algumas vaias de produtores rurais no Mato Grosso Sul, que culpavam o governo federal pelo fato de alguns agricultores terem sido obrigados a deixarem suas terras para que elas fossem entregues as mais diversas nações indígenas do País.

Indagado pela reportagem da Política Real sobre o assunto, o deputado Amauri Teixeira (PT-BA) afirmou que não crê numa nova condução do governo Dilma com relação à questão da demarcação das terras indígenas. Já o deputado Domingos Dutra (PT-MA) classificou a possível nova postura do governo Dilma, e do PT, de eleitoreira para buscar o apoio dos ruralistas à reeleição da presidenta em 2014.

“Primeiro, eu não acredito que a presidenta Dilma vá recuar. Há uma pressão grande dos ruralistas e essa pressão se dá, inclusive, com a divulgação na mídia desta posição que vai haver recuo como uma coisa já dada. Nós não acreditamos. O PT não acredita. Nós, ainda, precisamos avançar nos critérios que facilita a demarcação. Esse processo tem sido barrado pela justiça, pelas ações dos ruralistas e nós precisamos que avançar”, falou inicialmente o petista baiano.

“Eu vejo com muita tristeza. Porque essa (nova) postura do governo surge num momento em que a Comissão da Verdade, indicada pela própria presidenta Dilma, descobre por um acaso o relatório chamado Figueiredo que contém as atrocidades e os genocídios praticados pelo Estado, durante a ditadura, através do Serviço de Proteção ao Índio. Este relatório é a maior prova que o genocídio praticado contra os indígenas é um genocídio onde a maior figura é o Estado brasileiro, através destes (últimos) cinco séculos”, rebateu o petista maranhense.

CONT.



FALTA DE POLÍTICAS – Mas ambos, apesar de discordarem sobre a possibilidade da nova postura do governo federal com relação às questões indígenas, sobretudo referente ao processo de demarcação de terras, concordaram que independentemente da mudança de postura, o governo federal é ausente quanto às políticas públicas voltadas para os indígenas.

“Essas comunidades (indígenas) são marginalizadas e nós precisamos reconhecer estas dificuldades e garantir os seus direitos. Os índios são os setores da sociedade mais discriminados, jogados a margem e não há políticas (públicas) para eles em diversas áreas”, comentou o baiano Amauri Teixeira.

E ele falou mais.

“A pior política que o SUS (Sistema Único de Saúde) possui é para os índios, porque não há política de saúde para os índios. Era (uma responsabilidade da) Funai (Fundação Nacional de Apoio ao Índio) e foi hoje para o Ministério da Saúde, mas está no limbo porque não tem uma estrutura adequada”, continuou.

Já o maranhense Domingos Dutra que está de saída do PT para se enfileirar a REDE, novo partido que a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, está tentando criar falou que a nova postura do governo Dilma vem “no momento em que se descobre” um relatório que se evidencia a grilagem e o roubo das terras indígenas, além do assassinato e tortura dos índios.

“O governo ao invés de pedir perdão para as nações indígenas e avançar nas demarcações, tirar os madeireiros que devastam e àqueles que querem fazer garimpagem nas terras indígenas, o governo dá passos para trás”, disparou.

E disse mais.

“E eu só posso entender essa reação do governo, expressa pela ministra (da Casa Civil) Gleise (Hoffmann) na audiência convocada pelos ruralistas, como uma postura eleitoreira, onde o governo está pensando mais na reeleição da presidenta Dilma do que numa postura de estadista para pagar as dívidas que o Estado tem com os negros, quilombolas, ciganos, mas substancialmente com indígenas”, emendou.

BANDEIRA HISTÓRICA DO PT – Por fim, enquanto o petista Amauri Teixeira sugere que a possível nova postura do governo Dilma com relação aos índios é muito mais uma tentativa forçada por parte dos ruralistas que utilizam os meios de comunicação para tentar passar esta impressão, o quase futuro ex-petista não perdoou o governo do PT por permitir ir contrário a uma das maiores bandeiras histórias da legenda: a questão indígena.

“Então, nós acreditamos que essa é uma reação estúpida no meu ver. O latifúndio tem hoje as melhores terras do Brasil, tem terras suficientes para manter a produção e a produtividade e nós não acreditamos que haja necessidade desta disputa dos produtores (rurais) estarem disputando com quilombolas e indígenas”, observou o petista baiano.

CONT.



“E aí quando a matemática é puramente eleitoral é evidente que os indígenas, as comunidades tradicionais e os quilombolas vão estar em desvantagem. Eu acho que ao invés do recuo, o governo deveria avançar e separar o grileiro de terras indígenas dos quilombolas que em alguns lugares conflitam com os índios e dos extrativistas que também conflitam com os índios, assim como os agricultores familiares que em alguns lugares também conflitam”, comentou o petista maranhense.

“Isso mostra o quão é mesquinho a elite brasileira. (Eles) estão disputando com quilombolas e indígenas. E os índios já tiveram a plenitude do domínio das terras brasileiras. Hoje é insignificante a participação deles (índios) no processo político, decisório e, inclusive, de ‘dominialidade’ territorial”, finalizou Amauri Teixeira.

“Então lamento profundamente esta postura conservadora da presidenta Dilma e do governo em relação à questão indígena”, concluiu Domingos Dutra.

(por Humberto Azevedo, especial para Agência Política Real, com edição de Genésio Jr.)



Lideranças do Nortão apoiam PEC mudando critérios de áreas indígenas

SÍTIO REPORTER NEWS, 25.05.2013

O deputado federal Nilson Leitão (PSDB), presidente da subcomissão Especial de Demarcações Indígenas no Congresso, garantiu, ontem, ao presidir audiência da Câmara dos Deputados, em Sinop, para tratar de mudanças na lei da criação de reservas indígenas, que esse é o momento certo de se discutir o assunto e que a população deve estar inserida no debate. Ele detalhou a Proposta de Emenda a Constituição -PEC 215- em tramitação na câmara que transfere ao Congresso Nacional o poder de decisão quanto a demarcação de terras indígenas. "O Governo Federal tem tomado decisões equivocadas e esse é o momento que a população deve fazer pressão. A classe política tinha medo de falar sobre o assunto, mais agora é a hora de enfrentar e passar para o Congresso, que tem competência de debater o assunto de forma igualitária", disse Leitão.

Para o deputado estadual Baiano Filho (PMDB) a atitude de Leitão em levantar a discussão deve ser mais que respeitada. "É um trabalho que deve ser elogiado, tanto Mato Grosso, quanto Brasil e temos que reconhecer que um mato-grossense junto com outros parlamentares colocou essa discussão na pauta".

Embora Sinop não tenha áreas destinadas aos índios, para o presidente da Câmara, Dalton Martini (PP), a discussão se faz necessária devido a forma como novas áreas estão sendo criadas que poderão prejudicar e inviabilizar muitos municípios. "Há áreas que estão em processo de criação que podem inviabilizar muitas cidades como São José do Xingu que terá metade de sua área destinada à reserva. Apiacás é outro município que vai ser prejudicado com a criação da área que terá mais um milhão (1.050 milhão) de hectares e 500 famílias vão perder suas terras. Então é um problema do Estado que temos que discutir", citou. A Câmara de Sinop encaminhará à Câmara Federal e ao Senado, na próxima semana, um documento apoiando a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215.

Em Mato Grosso está causando polêmica o projeto de ampliação área indígena em Brasnorte. A Fundação Nacional do Índio (Funai) terminou os estudos e com isso o município perderia uma das terras mais valorizadas. Perto das grandes fazendas estão duas reservas indígenas. Antes a terra indígena Irantxe tinha 45 mil hectares, mas agora, segundo a Funai, a área destinada aos índios é de 252 mil hectares, o correspondente a cinco vezes mais. O assunto é polêmico.

PEC 215/2000

A Proposta de Emenda Constitucional 215 foi apresentada em março de 2000, pelo deputado federal Amir Sá (PP/RR). A matéria acrescenta e modifica incisos dos artigos 49 e 231 da Constituição Federal.

Incluindo assim dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 089 / 2013

Brasília, 27 de maio de 2013.

O deputado Dilmar Dal Bosco, o presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras, José Eduardo Pinto, dirigentes da Aprosoja, Sindicato Rural e demais entidades também participaram da audiência, com aproximadamente 300 pessoas, no plenário da Câmara de Sinop.



Prefeito de Juína afirma que demarcação indígena ocupará quase 90% de cidade e acabará com município

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 26.05.2013

O prefeito de Juína (Norte do MT), Hermes Bergamim, afirma que o projeto de ampliação da reserva indígena Enawenê-Nawê no nordeste do estado irá aniquilar a economia do município. A demarcação pretendida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) abrangerá, de acordo com Bergamim, 83% da extensão da cidade.

"A demarcação hoje que está pedindo pela Funai, ela vai pegar quase todo o município de Juína. Enawenê-Nawê são em torno de mil índios e eles já tem praticamente um milhão e cem mil hectares e eles querem pedir de 200 a 300 mil hectares", afirma o prefeito.

Mas segundo o prefeito, a iniciativa de aumentara a área, não partiu dos indígenas. "Nós nunca tivemos problemas, nunca tivemos problemas com indígenas, nosso maior problema é a Funai que está incitando os índios contra a agente", defende.

O processo para aumentar a reserva tramita há cerca de 8 anos. "Hoje já estão querendo falar em demarcação de áreas, nós não vamos aceitar demarcara áreas produtivas e outras regiões onde tem pessoas há 30 anos produzindo alimentos, há 30 anos lá dentro, para colocar os índios", afirma.

"Inclusive, os índios que já estão querendo o aumento em cima de uma área de 150 mil hectares de uma área produtiva de pecuária, uma área totalmente desmatada, não tem mato, não tem porque fazer essa área ir para os índios e se isso acontecer, o município vai saltar de 62% de reserva indígena para 83% de reserva indígena, praticamente vai quebrar o município de Juína".

O exemplo de Suiá-Missú

Para Bergamim, a desintrusão de não índios nas terras remanescentes da gleba Suiá-Missú, área que deu lugar à demarcação Marãiwatsédé, abriu um perigoso precedente pra produtores rurais no Brasil.

"O que aconteceu na Suiá é uma vergonha do povo brasileiro, nós tiramos produtores que estavam produzindo leite, carne, soja, brasileiros trabalhadores para entregar para os índios. Mas não são os índios o problema, e sim a Funai, que incitou os índios a ir para cima", avalia.

"Por que nós não colocamos os índios na Amazônia Legal que não é ocupada? Por que os índios não nos ajudam a ocupar a Amazônia?. Eu tenho para mim que o que não é ocupado acaba sendo tomado pelos outros. Vamos ocupar a Amazônia Legal com os índios porque ela está praticamente inabitável, não tem índios, não tem brancos e não tem brasileiros dignos morando lá", apela.

CONT.



Ongs x Produtores

Para Bergamim, a disputa de terras entre produtores e indígenas no Brasil está sendo insuflada por mentes que estão por trás de Ongs e por trás da Funai. As disputas, sustenta, são, de fato, entre ruralistas e ambientalistas. Na ótica do prefeito, representantes do setor ambiental tem se utilizado do aparato de Ongs e se infiltrado na Funai para dismantelar grande produções de alimento.

“Nos temos hoje praticamente no Mato Grosso Inteiro pedidos de aumento de reserva indígena em torno de 60 a 70 áreas”, contabiliza. “Mas o que nós estamos notando é que não é o índio que quer a terra. O povo lá de fora está colocando dentro da Funai ambientalistas com segundas intenções. Não existe um lugar no planeta que tem 20 milhões de hectares aptos a produzir alimentos e nós temos isso no norte de Mato Grosso”, cogita.

Articulação política

Já se iniciou uma articulação política para tentar impedir a demarcação indígena. Será realizada em Juína na próxima segunda-feira (1) uma audiência pública organizada pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso para discutir a ampliação da terra Enawenê-Nawê, cujo projeto expande os limites da reserva sobre parte dos municípios de Brasnorte, Sapezal e Juína.

A audiência deve contar com a presença de parlamentares estaduais e federais, que tentam impedir o avanço do projeto encabeçado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). “A confirmação de que a Funai pretende ampliar os limites da Terra Indígena Enawenê-Nawê mobilizou a classe política mato-grossense que tenta barrar o novo processo de demarcação, onde deverá ser atingida uma área com mais de 600 mil hectares”, explicou o deputado estadual Dilmar DalBosco (DEM).

O debate será realizado na Associação Comercial (Ascom) daquele município a a partir das 17h. O evento, segundo DalBosco, marcará a primeira manifestação contrária à criação da reserva.



Política de gestão territorial e ambiental em terras indígenas é desafio da Funai este ano

SÍTIO JORNAL BRASIL, 26.05.2013

Rio de Janeiro - O grande desafio da Fundação Nacional do Índio (Funai) este ano é a implementação da política nacional de gestão territorial e ambiental em terras indígenas, disse à Agência Brasil a assessora para Assuntos Internacionais do órgão, vinculado ao Ministério da Justiça, advogada Cristina Timponi Cambiaghi.

Ela participará a partir de hoje (26), em Darwin, na Austrália, de conferência ('World Indigenous Network') que busca promover a sustentabilidade por meio de práticas tradicionais de conservação. "É uma política ambiciosa", definiu. Essa política congrega vários órgãos do governo federal, nas áreas de meio ambiente e saúde, e implementa ações voltadas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas já regularizadas. "O grande desafio que a gente tem já não é mais a demarcação de terras".

Embora o grande volume de demarcações tenha ocorrido nos anos de 1990, Cristina admitiu que ainda existem hoje alguns remanescentes de terras para serem demarcadas e regularizadas. Sustentou, entretanto, que o desafio atual é "gerir essas terras e auxiliar os povos indígenas [tornando-os] autossuficientes nessa gestão ambiental e territorial. E que isso aconteça sempre de uma forma sustentável".

Segundo ela, isso significa dar aos índios condições para que eles possam tirar a sua subsistência da terra e vivam de acordo com o seu modo de vida tradicional. "Eu apontaria essa política como a grande prioridade hoje da Funai". O processo de implementação da política já foi iniciado com alguns projetos pilotos. Não há ainda indicação de quando o processo será concluído.

Na conferência da Austrália, Cristina apresentará um histórico sobre a política indigenista brasileira, abordando a transição do processo de assistencialismo e tutela para a autonomia pós-Constituição de 1988, passando pelo processo de demarcação de terras nos anos de 1990 e culminando com a política nacional de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, aprovada em junho do ano passado pela presidenta Dilma Rousseff.

A ideia, disse Cristina, é demonstrar como ocorre hoje a gestão ambiental em terras indígenas. A assessora avaliou que, apesar de todos os problemas referentes à questão indígena, o Brasil é visto, internacionalmente, como referência no que diz respeito à política de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. "Basta dizer que, hoje, a gente tem um território em que 13% são formados por terras indígenas".

Contribui também para o Brasil ser referência nessa área o censo recente que levantou o número de índios existentes no país, incluindo moradores de terras indígenas e em áreas urbanas, além do número de línguas vivas e povos. "Isso manifesta uma diversidade cultural

CONT.



muito rica. E é claro que isso impressiona muito, principalmente nesses fóruns especializados, onde o tema é a proteção dos direitos dos povos indígenas e gestão ambiental em terras indígenas”.

Destacou que também a Funai é referência mundial, uma vez que são poucos os países que têm órgãos exclusivos para lidar com a política indigenista. O Brasil é ainda uma das poucas nações que possuem uma política específica para a proteção de índios isolados.

Cristina Cambiaghi acredita que a conferência da Austrália será uma oportunidade para que os representantes de povos indígenas do mundo inteiro troquem experiências e tenham contato com boas práticas de conservação. “Eu acho que sempre o saldo é muito positivo”. O foco da conferência é lançar uma rede mundial indígena de gestores de terra e mar, iniciativa do governo australiano, apoiada pelo governo

O Brasil sob a ótica dos direitos humanos

SÍTIO VERMELHO, 26.05.2013

O Brasil apresenta um grande déficit de justiça, leis e instituições que garantam os direitos humanos de sua população, exposta em muitos lugares a situações de alto risco, diante do fogo cruzado da criminalidade e das forças de segurança. É o que aponta estudo da Anistia Internacional, apresentado na quarta (22).



A etnia guarani kaiowá exposta à violência dos pecuaristas do Mato Grosso do Sul. Foto: Mario Osava/IPS

"Nos últimos anos houve importantes avanços em matéria de direitos básicos neste país, mas em várias áreas persistem as vulnerabilidades", afirmou Átila Roque, diretor executivo do capítulo brasileiro da Anistia, que tem sua sede central em Londres.

"A ameaça à vida da população em geral pela ação criminosa continua sendo grave e os órgãos estatais que devem garantir os direitos da sociedade frequentemente se convertem em agentes de violações desses direitos", apontou Roque. O estudo "O Estado dos Direitos Humanos no Mundo", que no ano passado analisou a situação existente a esse respeito em 159 países, dedica mais de quatro páginas ao Brasil, nas quais se destacam a alta incidência dos crimes violentos, bem como o uso excessivo da força e até a aplicação de torturas por parte das forças encarregadas de combater o crime.

As forças policiais do Rio de Janeiro são um caso extremo, pontuou Roque, pois há agentes que "usam o uniforme como instrumento para violar e, assim, somar-se ao delito". O representante da Anistia entende que o Estado tem dificuldades para lutar contra esta nova forma de crime organizado. "Este é um fenômeno que ganhou visibilidade nos últimos tempos e que deixa claro, sobretudo, um processo de deterioração da segurança pública, que não foi capaz de conter a expansão do crime organizado nas próprias fileiras da polícia", ressaltou Roque.

CONT.



A criação no Rio de Janeiro das Unidades de Polícia Pacificadora é uma das fórmulas eficazes para reduzir a taxa de homicídios, mas essa estratégia de polícia comunitária não tem sido tão rápida nem tão estendida para incluir as forças de segurança. De acordo com Roque, “se não for dada atenção à profundidade do problema não se melhorará a situação da impunidade e dos direitos humanos”. O informe da Anistia também indica que o sistema penitenciário do Brasil deveria ter pelo menos 200 mil efetivos a mais para atender a grande quantidade de presos existentes no país, que em geral sofrem “condições cruéis, desumanas e degradantes”.

Para Roque, o crescente aumento da população carcerária do Brasil, com 198 milhões de habitantes, contribui para a ocorrência de atentados contra os direitos humanos nas penitenciárias, abarrotadas com mais de 500 mil detentos em todo o país, quantidade superada apenas por Estados Unidos, China e Rússia. Além disso, mais de 40% desses presos ainda não tem sentenças definitivas.

Uma delegação da Anistia, que em 2012 visitou as prisões do Amazonas para investigar a veracidade das denúncias de maus-tratos, encontrou os presos “amontoados em celas fétidas e inseguras”. Foram colhidos vários depoimentos sobre torturas, como a simulação de afogamento por meio de sacos plásticos, golpes e choques elétricos, uma prática pela qual são responsabilizados, na maioria dos casos, policiais militares, diz o informe.

A investigação da organização também aborda a questão indígena, se detendo na situação da etnia guarani kaiowá do Mato Grosso do Sul, que sofre intimidação, violência e ameaças de expulsão de suas terras ancestrais. “Os líderes camponeses e indígenas dessa região são vulneráveis à violência de latifundiários e o risco de morte continua alto”, advertiu Roque. Trata-se de uma “ação organizada de extermínio de um povo com a conivência do Estado e a paralisia da sociedade”, ressaltou.

O informe questiona a publicação, em julho de 2012, de um parecer da Procuradoria Geral da República que permite o desenvolvimento de projetos mineiros e hidrelétricos, além de construções militares, em terras indígenas sem que sejam feitas as consultas segundo o Convênio 169 da organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos originários e tribais, que o Brasil ratificou em 2002.

Flávio Machado, coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) disse que os povos indígenas sofrem “total desprezo” por parte das autoridades brasileiras e enfrentam uma das mais graves situações desde os tempos da ditadura (1964-1985).

“Há uma ofensiva conjunta contra os povos indígenas, cujos membros são tratados como cidadãos de segunda classe”, afirmou Machado, que colaborou com a Anistia para a parte indígena do informe anual da organização.

Os 45 mil membros da etnia guarani kaiowá constituem a segunda maior população indígena do país. A maioria vive em pequenas áreas confinadas no sul do Mato Grosso do Sul, suportando níveis de violência e agressão superiores à média nacional. A taxa de homicídio nacional é de 27,4 para cada cem mil habitantes, segundo o Mapa da Violência 2012. Mas no povo guarani kaiowá essa média sobe para 140 para cem mil pessoas, explicou o representante do Cimi.



Nos últimos dez anos foram assassinados 12 líderes indígenas apenas no Estado do Mato Grosso do Sul, a maioria da etnia guarani kaiowá. "A violência é exercida por pecuaristas e seus capangas. Há uma milícia para matar indígenas e evitar que suas terras ancestrais sejam demarcadas pelas autoridades. Até agora só foi reconhecido oficialmente 10% do território que lhes corresponde por lei", denunciou o Cimi, entidade vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Machado afirmou que o problema mais grave que estes indígenas enfrentam é o suicídio, pela angústia de se verem sem perspectivas de futuro em suas vidas. Segundo a Direção de Saúde Indígena Especial do Ministério da Saúde, foram registrados 611 suicídios entre 2000 e 2012.



Obras escritas na língua indígena serão lançadas em Roraima

SÍTIO G1, 24.05.2013

Dicionário Wapichana e gramática Macuxi foram escritos por estudiosos. Lançamento será neste sábado, na comunidade indígena da Malacacheta.

Quando se fala em língua de um povo, logo faz-se referência a uma parte da cultura e da história, portanto, foi pensando em revitalizar a língua indígena que o Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima, por meio do programa de valorização línguas e cultura Macuxi e Wapixana, desenvolveu duas obras escritas nas línguas nativas.

Neste sábado (25), na comunidade indígena da Malacacheta, região Serra da Lua, no município do Cantá, será realizado o lançamento dos dois livros, o dicionário Wapichana / Português 'Paradakary Urudnaa' e uma gramática 'Senuwapainîcon'.

Segundo o professor Silas Cavalcante, o livro passou por vários processos de pesquisa, devido a questão da importância da língua e as variações de comunidades existentes no estado. "Em conformidade da questão de fazer valer a língua Macuxi, por mais que esteja quase extinta. Mas a partir deste momento, eles estão trazendo novamente esta valorização da cultura Macuxi e Wapixana", disse.

Para a professora e coordenadora do programa de valorização das línguas e cultura Macuxi e Wapixana, Maria Bárbara, o local escolhido para o lançamento foi a comunidade da Malacacheta, devido ser receptivo às atividades do programa, que já vem sendo desenvolvido desde 2009, além de muitos professores serem nascidos na região.

"O dicionário e a gramática são um desafio para o povo indígena e para Roraima também, uma vez que nós contamos com uma diversidade de povos. E é esse trabalho que a Universidade tem buscado desenvolver junto a essas comunidades", completou.